

# Tocantins já é considerado uma realidade

Após 25 anos de luta, dois projetos de lei criando o estado do Tocantins aprovados pelo Congresso, mas vetados pelo presidente José Sarney, uma greve de fome e um trabalho constante de sensibilização dos constituintes, o deputado Siqueira Campos, líder do PDC, finalmente respira aliviado. A poucos dias da votação das disposições transitórias, onde está incluída a criação do estado, o parlamentar não tem qualquer dúvida: Tocantins é uma realidade. "Tanto no texto do **Centrão** como no da Sistematização está prevista a criação. Além do mais, não existem emendas contrárias", informou ele.

Se a certeza de Siqueira Campos for realmente confirmada pelos votos dos 559 constituintes, Tocantins surgirá a partir da divisão do estado de Goiás. Com área de 286 mil quilômetros quadrados, o novo estado praticamente dividirá Goiás ao meio. A realidade da população, contudo, será bastante diferente. Ao contrário do sul goiano, onde há algum progresso e muitas riquezas, o norte, que corresponde à área do Tocantins, tem inúmeras riquezas naturais, mas pouco desenvolvimento.

Com o desmembramento e a consequente autonomia política e econômica se tornaria mais fácil, na opinião dos que defendem a criação do novo estado, desenvolver a região. "O povo é miserável e está ao lado de muita riqueza. É um contra-senso", disse Siqueira Campos. "O Governo de Goiás tenta ser eficiente, mas é lento nas providências, por causa da distância. Da capital do estado ao extremo norte existe 1 mil e 600 quilômetros", afirmou o deputado.

Os textos que serão votados pelo plenário da Constituinte são idênticos. O do **Centrão**, assim como o da Comissão de Sistematização, cria o estado do Tocantins e determina que em até 120 dias após a promulgação da nova Constituição seja realizado um plebiscito para ratificar ou não a decisão dos parlamentares. Confirmado o estado, o presidente da República passa a ter 30 dias para nomear o governador, cujo mandato será de dois anos, e escolher a capital. Finalmente, no dia 15 de novembro de 1988, os cerca de 450 mil eleitores do Tocantins escolhem três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais.

A pouca polêmica que ainda existe em torno do novo estado se refere justamente à indicação do governador. Há três emendas que mudam as regras do jogo previstas pelo **Centrão** e pela Sistematização. Uma delas, do próprio Siqueira Campos, determina que o governador será eleito pelo voto direto.

Isto poderia parecer uma grande jogada política, reconhece o deputado. Mas Siqueira Campos garante que a aprovação da emenda não é o caminho mais curto para ele ser o pri-



meiro governador do Tocantins. "Não faço qualquer projeto político. Considero a aprovação do Tocantins o ápice da minha carreira", informou. O deputado, no entanto, não descarta a possibilidade de concorrer ao Governo, a qualquer outro cargo efetivo ou até mesmo de participar diretamente da administração. "Se não houver outra alternativa, estarei pronto. Mas prefiro que não seja necessário", diz.

Se o deputado Siqueira Campos pode ser considerado, de certa maneira, o grande vitorioso com a criação do estado do Tocantins, o restante da bancada de Goiás na Constituinte também tem seus méritos. Praticamente todos lutaram desde o início dos trabalhos pelo desmembramento. "Temos o apoio do governador, dos prefeitos, dos vereadores, da bancada estadual e do povo", informou o deputado Maguito Vilela (PMDB/GO). "Vamos conseguir praticamente a unanimidade do plenário", previu. "É uma aspiração de longa data dos nortenses. Existem na região minérios e terras férteis, além de um rebanho invejável. A região vai se desenvolver com o desmembramento", completou o deputado Délio Braz (PMDB/GO).

Já o senador Mauro Borges (PDC/GO) é apontado pelos colegas de bancada como o único goiano contrário à divisão. Borges questiona os argumentos de Délio Braz e de todos os que querem a criação do Tocantins. "O novo estado não vai ter como sustentar seu desenvolvimento sem depender excessivamente da União", disse. "Além disso, não concordo em dividir Goiás praticamente ao meio. Dar um terço para Tocantins seria mais razoável", completou. Mas o senador, reconhece os parlamentares goianos, em momento algum fez campanha contra a divisão. "Consultei as bases e as elites do estado e vi que meus pontos de vista não tiveram ressonância", contou. "Mesmo assim, votarei contra a divisão, se não decidir me abster", informou. Para Mauro Borges, a criação do estado do Tocantins prejudicará o estado de Goiás no futuro e o apoio da maioria dos constituintes de sua bancada à idéia se dá "menos por convicção e mais por desinteresse". Borges disse que o novo estado certamente será criado, "mas sem a minha contribuição."